



No Tribunal Tributário de Lisboa, a pendência média por juiz é de cerca de 1.160 processos.

## Combate aos processo fiscais

Cansados de ver que pouco é feito para travar o caos nos tribunais tributários, juizes e advogados juntaram-se para apontar soluções. Com 60 mil processos parados, uma subida de 14% face a 2008, estes tribunais não têm mãos a medir. O tema foi debatido num encontro entre o Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados e o Tribunal Tributário de Lisboa. O diagnóstico da justiça tributária é reservado e a falta de recursos é a maior falha: "A lentidão só se ultrapassa com mais meios e dinheiro. Há novos edifícios, faltam as pessoas", diz o advogado Miguel Teixeira de Abreu.

O fiscalista João Espanha acrescenta a falta de apoio técnico aos juizes. Para o sócio da Espanha e Associados "os magistrados devem ter formação complementar, por exemplo em contabilidade. Mas todos concordam que o amontoar de processos também resulta do excesso de litigância do Estado. "A Administração Tributária adoptou no consulado de Paulo Macedo uma postura hiper-agressiva. Houve muito imposto liquidado que o Estado nunca vai ver ou vai ter de devolver com juros", garante João Espanha. A alternativa que tem sido apontada é a arbitragem, hipótese prevista no OE para

este ano, mas que não reúne consenso. O presidente do Tribunal Tributário de Lisboa está céptico: "Tenho muitas dúvidas a este respeito. Há o perigo de o modelo de arbitragem fiscal proposto pelo Governo ter uma natureza sectorial privativa dos grupos económicos, deixando de fora o normal contribuinte". Porém, o juiz admite que "a situação caótica que se vive actualmente nos Tribunais Tributários, reclama a ponderação de formas alternativas de composição de litígios". João Espanha e Miguel Teixeira de Abreu acreditam que esta pode ser uma forma de minimizar o problema. **S.R e P.C.S.**